



----- ATA Nº 01/2015-----

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,  
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS  
MIL E QUINZE: -----

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas  
vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em  
sessão ordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os assuntos  
constantes da convocatória número um/dois mil e quinze.-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

Presidente – José Manuel Gonçalves Bastos.-----

Primeiro Secretário – Manuel Lino Leão Moreira Machado.-----

Segundo Secretário – Maria Luísa Alves Carneiro Tojal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Feita a  
chamada verificou-se a **presença de trinta e três** deputados sendo eles:  
José Manuel Gonçalves Bastos, Adelino Ricardo Martins Pereira, José  
Carneiro de Oliveira Neto, Joaquim Magalhães Pinto que substituiu Carla  
Susana Martins de Moura, Maria da Conceição Marques Nunes, Miguel  
João Coelho da Costa, Manuel Lino Leão Moreira Machado, João Viriato  
Nogueira de Moura Vasconcelos, Manuel Carlos Neto Salgado, Francisco  
Freitas Sousa Magalhães que substituiu Susana de Jesus de Matos Gomes,  
Paula Cristina Pereira Gonçalves e Álvaro, Ângelo de Jesus Ribeiro  
Barbosa, José Luís Ribeiro Gomes da Costa, Sérgio Amândio Pereira  
Valente Ferreira, Abílio Ferreira da Costa Fernandes, Sandra Maria  
Ferreira de Brito, Maria Luísa Alves Carneiro Tojal, David Taipa Coelho,



Luís Miguel dos Santos Martins, António José Fernandez Fernandez, Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, Marta Raquel Alves Sousa que substituiu José Maria Gomes Matos, Ernesto Ferreira Lopes, Luís da Costa Neto que substituiu António Filipe Bessa Marques, Luís Nunes da Silva, José Carlos da Costa Souto, Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira Fernandez, Serafim Dias Leal, Artur Alexandre Soares da Costa, António Duarte Dias de Carvalho, Carlos Alberto Silva Coelho, Joaquim Machado dos Santos e Rui Filipe Coelho Barbosa. -----

----- Na bancada da Câmara Municipal marcaram presença o seu Presidente Humberto Brito, e os Vereadores Paulo Sérgio Barbosa, António Coelho, Joaquim Sousa. -----

-----



----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** deu por aberto o período de intervenção reservado ao público. Interveio o Senhor **José Martins**, da freguesia de Paços de Ferreira que lamentou o sucedido na última Assembleia. De seguida invocou o artigo 37º da Constituição da República Portuguesa, que aqui reproduzimos *“Liberdade de expressão e informação*  
*1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações. 2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura. 3. As infrações cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respetivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei....”*, terminou com um apelo para que o que sucedeu na última sessão não se voltasse a repetir. De seguida deu nota da existência de dois buracos a “céu aberto”, na rua de Carral, freguesia de Paços de Ferreira que urge reparar. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor **José Augusto Brandão**, da freguesia de Carvalhosa para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre uma carta enviada em 23 de outubro de 2013, não tendo até à data obtido resposta. Deu ainda nota da existência de um anexo ilegal na freguesia de Carvalhosa, tendo, o mesmo, já sido construído com o atual executivo. De seguida questiona sobre a existência de indústrias na cidade



de Paços de Ferreira, tendo feito referência à ex Madex, uma vez que a construção dos Polos Industriais tinha como finalidade a retirada das grandes, pequenas e médias empresas dos centros habitacionais. Terminou a intervenção lamentando o fato do Senhor Presidente da Câmara o ter feito esperar oito horas para o receber. -----

----- De seguida interveio o Senhor **Manuel Carneiro**, da freguesia de Carvalhosa, para em nome do movimento “6 de Novembro” demonstrar a solidariedade com o Senhor Presidente da Câmara sobre as ameaças anónimas de que tem sido alvo. *“O fato é muito grave e preocupante, para o Presidente de todos os pacenses”*, afirma. Deu nota que tanto o movimento “6 de Novembro” como ele próprio também foram alvo de ameaças. Elogiou a gestão feita pelo atual executivo, que num só ano conseguiu reduzir a despesa em seis milhões de euros. De seguida deu nota que tem sido confrontado por alguns pacenses que o questionam sobre a tarifa de disponibilidade cobrada pela AGS, uma vez que, a consideram ilegal. Questiona o senhor Presidente da Câmara para quando é que prevê que a mesma deixe de ser paga, uma vez que, além de ser ilegal, é uma promessa feita pelo atual executivo. A AGS, afirma, não é credível, e, tem vindo a ameaçar o movimento “6 de Novembro”. -----

----- De seguida interveio o Senhor **Carlos Seabra**, da freguesia de Seroa, que começou a intervenção com a frase *“que esta casa pariu um rato e em 29 de setembro de 2013 pariu muitos ratos”*, lamenta o fato de ler sempre as mesmas coisas nos jornais. -----

----- De seguida interveio o Senhor **José João Costa Lima**, de Paços de Ferreira, para afirmar que o Senhor Presidente da Câmara deu um



bocadinho de terreno nas hortas, mas tudo que lá cultivaram foi destruído, pelo que solicita à Câmara a solução do problema. -----

----- De seguida interveio o Senhor **António de Sousa Brandão**, para dizer que anda sempre onde há segurança e lamenta a falta de segurança no parque da cidade e os atos de vandalismo que tem sido alvo, nomeadamente nas hortas comunitárias. Tendo ainda lamentado que as árvores lá plantadas terem sido, em grande, parte cortadas-----

----- De seguida interveio o Senhor **Joaquim Pinto**, da freguesia de Meixomil, para dar nota que numa Reunião do Executivo, foi afirmado, pelo então Presidente de Administração da PFR Invest, Rui Coutinho, que a mesma dava lucro, perante essa informação não percebe como agora aparece esta dívida, uma vez que a mesma não pode ter sido feita pelo atual executivo. Solicita ainda um obstáculo redutor na reta de Carvalhosa, por se tratar de um local onde existem graves acidentes devido a excesso de velocidade. Deu ainda nota da existência de um buraco na Rua Pinto de Almeida, sendo necessário a reparação do mesmo. -----

----- De seguida interveio o Senhor **Luís Vieira**, da freguesia de Frazão Arreigada, para perguntar se as obras realizadas pela Junta de Freguesia, nomeadamente no Cemitério Paroquial, necessitam do parecer da Câmara Municipal. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, relativamente à intervenção do Senhor José Martins afirmou que as estradas já estão mal há vários anos, sendo intenção do Município proceder às obras de reparação logo que venha bom tempo, deu ainda nota que os pedidos feitos nos últimos dois anos pelas Juntas de Freguesia, sobre esse



assunto, ultrapassam os mil, dada a quantidade de buracos existentes. Chamou a atenção para o fato desse serviço ser feito pelos colaboradores da Câmara através da administração direta. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor José Augusto Brandão deu nota que é *“Presidente da Câmara e não fiscal de obras ilegais”*, tem o dever de controlar, mas compete aos serviços de fiscalização identificar as mesmas e posteriormente os serviços jurídicos atuar. Relativamente à questão das deslocalizações das empresas, dá nota que as condições económicas atuais condicionam a sua deslocalização dos centros urbanos.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor Manuel Carneiro informou que o Município já notificou a concessionária para acabar com a tarifa de disponibilidade. Deu ainda nota da intenção do atual executivo camarário proceder à remunicipalização das águas e saneamento, no entanto, afirma, que este assunto mereceu o voto contra do Partido Social Democrata. Por último agradeceu as palavras de solidariedade que lhe foram dirigidas. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor João Lima e no que respeita ao vandalismo que existe nas hortas comunitárias, dá nota que o vandalismo não se resume apenas às hortas municipais, estende-se a todo o parque urbano e ainda ao próprio Edifício Municipal tendo atingido níveis acima do espectável, o que considera preocupante, sendo intenção do executivo arranjar uma solução que impeça que o mesmo continue.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor António Brandão, esclarece que, as árvores não custaram nada ao Município, foram oferecidas por um horto da freguesia de Ferreira, deu nota que na altura em que foram plantadas muitas delas não pegaram, não tendo existido qualquer ato de





vandalismo. No entanto, afirma, já foram plantadas novas árvores que foram oferecidas pelo mesmo horto. Deu, ainda nota, que é intenção do Município plantar cerca de 1000 árvores junto ao rio do parque da cidade, tendo ainda intenção de proceder à plantação de árvores junto ao rio do parque de Freamunde, aumentando desta forma o número de árvores existentes no concelho. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Joaquim Pinto deu nota que as questões relacionadas com a PFR Invest estão em sede judicial devendo ser os tribunais a apreciar todas as questões com ela relacionadas, afirma. Quanto à segurança considera que a mesma é uma prioridade, dando nota que na próxima sexta-feira está previsto a chegada de uma máquina de pintura de rodovias, sendo intenção do Município começar pela Recta de Gomil, uma vez que tem um custo associado, devido à existência de semáforos no local que custam ao Município mais de 300 euros por mês. Quanto às tampas nas estradas do concelho afirma que a Município está longe de acabar com esse “flagelo”, uma vez que, são imensas as que se situam nas vias. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Luis Vieira esclarece que a gestão do Cemitério pertence à Junta de Freguesia de Frazão Arreigada, devendo a questão que colocou, ser colocada à Junta de Freguesia. -----



-----ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para abrir as inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os deputados: -----

----- O deputado **David Taipa Coelho** para falar sobre três acontecimentos: o primeiro prende-se com o debate para a municipalização da Educação que houve no Paços do Concelho, tendo dado os parabéns a todos os que participaram na área da educação. O segundo, é ainda na área da educação, deu os parabéns à Escola Profissional Vértice por ter ganho o 1º prémio no “Concurso Todos Contam”, *“é um motivo de orgulho”*, afirma. O terceiro prende-se com parte das filmagens do “Porto Mon Amour” terem sido realizadas na Citânia de Sanfins, gostou de ver que a produção enalteceu a Camara Municipal, disse. -----

----- De seguida interveio o deputado **Abilio Fernandes** para colocar duas questões: quanto à primeira solicita informação sobre o que está previsto para a água e saneamento no concelho, nomeadamente nas freguesias de Eiriz e Sanfins Lamoso e Codessos. A segunda questão prende-se com uma obra que foi anunciada pelo Vereador Paulo Sérgio que iria ser realizada no Centro Escolar de Penamaior, questiona quando terá início essa obra, e quem vai suportar as despesas. -----

----- De seguida interveio o deputado **José Luís Costa** para dar nota que em relação à intervenção do deputado David Taipa Coelho, recebeu um e-mail às seis horas da tarde para ser convidado para a conferência, o que considera ser demasiado tarde. De seguida afirmou que sobre a transparência defendida pelo Partido Socialista, e sobre o fato de não





recorrer a serviços externos, não é verdade uma vez que o atual executivo fez algumas contratações: ainda recentemente. E mais, afirma, um destacado militante do Partido Socialista, foi recentemente nomeado, é lamentável, afirma, que funcionários dedicados sejam “encostados”. Quanto à contratação do Assessor de Imprensa, afirma que, o que constata da mesma é que estará quase ao serviço do Senhor Presidente da Câmara. No que toca aos contratos de consultadoria técnica e aquisição de serviços, sobre o fato de serem avenças ou outras situações, considera que é tudo uma questão de retórica. Quanto aos contratos de consultadoria estratégica, sendo que estes serviços são vinculativos, preocupa-o. Questiona sobre se os assuntos acima referidos, o são de tal maneira específicos, que não há em Paços de Ferreira e arredores, ninguém que os posso executar, tendo havido necessidade de recorrer a empresas situadas em Vidago ou Mealhada, que por coincidência têm ligações ao Partido Socialista. Solicita informação sobre a evolução do projeto vietnamita. Deu ainda nota que sobre o fato da necessidade do Presidente da Câmara necessitar de proteção judicial devido a ameaças, supostamente de pessoas ligadas ao Partido Social Democrata, afirma que as pessoas do Partido Social Democrata estão devidamente identificadas, pelo que, a ser verdade devem ser chamadas pelos nomes, pois tais atos apenas vinculam os próprios, afirma. Tendo, de seguida declarado a sua total e completa solidariedade e disponibilidade para descoberta da verdade, por uma situação que merece repúdio. Quanto à notícia sobre a adesão do Município ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) e a insolvência da PFR Invest, disse, que não iria pedir qualquer esclarecimento uma vez que terá de existir uma assembleia



extraordinária onde os assuntos serão discutidos. Considerou que estes assuntos são de importância política e de uma responsabilidade social que afeta os 57 000 pacenses. De seguida lamentou o atraso na distribuição da documentação referente à Assembleia Municipal. -----

----- De seguida interveio o deputado **José Neto** para se congratular com a adesão do público às Assembleias Municipais, considerando a sua presença importante nas mesmas. O convite enviado pela Câmara Municipal três horas antes do início da conferência sobre a educação, é efetivamente muito pouco, afirma, pois considera que *“a escola é um germinar de ideias”*. De seguida solicitou um voto de pesar pela morte do Dr. Pinto de Sobrosa, tendo, o mesmo, dado um grande contributo para a criação da Escola Profissional Vértice. -----

----- Por indicação do Senhor Presidente da Mesa seguiu-se um minuto de silêncio. -----

----- De seguida interveio o Senhor **Presidente da Câmara** que iniciou a sua intervenção referindo-se ao deputado David Taipa Coelho, esclareceu, que quanto à questão das delegações de competências no âmbito da educação, o processo ainda não está encerrado, havendo ainda a possibilidade de todos participar, uma vez que ela não se circunscreve a Paços de Ferreira, mas a todo o país. No entanto, afirma que, não confia no atual governo do Partido Social Democrata, uma vez que não honra os seus compromissos. Dá nota que o mesmo já falhou duas vezes com o concelho de Paços de Ferreira: uma vez foi quando já estava decidido que Paços de Ferreira teria um Tribunal de Execução, tendo depois, sem qualquer justificação, transferido o mesmo para o Tribunal de Lousada,



prejudicando, desta forma, o concelho de Paços de Ferreira. A segunda prende-se com o fato de uma Portaria de 5 de Fevereiro não ter considerado Paços de Ferreira como zona desfavorecida, prejudicando, dessa forma, os agricultores do concelho que vêm, assim vedado o seu acesso a fundos comunitários. Pelo exposto, afirma que, a sua posição é a de não aceitar a transferência de competências e a municipalização da educação na Câmara Municipal. O fato da Câmara de Paços de Ferreira ser uma das Câmaras com menos funcionários, ainda dificulta mais a viabilidade da transferência, acrescenta. Considera que a Citânia de Sanfins é um património que devemos preservar, tendo-se mostrado orgulhoso com o fato de o mesmo ter sido reconhecido e ter sido escolhido como local para filmagens de um filme. Deu ainda nota que ficou igualmente orgulhoso com o prémio que foi atribuído à Escola Profissional Vértice. -----

----- Em relação à intervenção do deputado Abilio Fernandes deu nota que a obra a ser realizada no Centro Escolar de Penamaior, é construção de um coberto, sendo os custos suportados 50% pela Câmara Municipal e os outros 50% pela Associação de Pais daquela escola. O seu início está previsto para a próxima semana, acrescenta. Quanto à questão da colocação da água e saneamento nas freguesias de Eiriz e Sanfins Lamoso e Codessos, as obras vão incidir sobretudo no saneamento, estando a conclusão das mesmas prevista para julho de 2015. -----

----- Em relação à intervenção do deputado José Luis Costa, e, quanto à aquisição de serviços com o pessoal, considera a sua intervenção no mínimo irónica. De seguida falou concretamente dos valores que foram gastos com o pessoal em regime de contratação de serviços no anterior



executivo, a saber em 2010 – 148 000,00 €, em 2011 - 131 000,00 €, em 2012 – 102.000,00 €, em 2013 (quando tomaram posse) – 86 000,00 € e em 2014 - 18 000,00 €, verba esta, gasta com uma trabalhadora que já prestava serviço à oito anos na Câmara, tendo depois passado para o quadro, afirma. *“Não tinha qualquer assessor a 1 de fevereiro de 2014”*, conclui. Quanto à Gespaços, em termos de recibos verdes e pessoal foram pagos em 2012 – 774 000,00 €; em 2013 – 862 000,00 € e em 2014 – 580 000,00 €, existindo uma descida de 300.000,00 €. No que toca à PFR Invest dá nota que referente a gastos com pessoal e recibos verdes foram gastos em 2012 – 235.000,00 €; em 2013 – 238.000,00 € e em 2014 – 38.000,00 €. Deu nota, que é verdade que contratou o primeiro assessor, pois considera ser normal, para quem exerce cargos políticos, escolher pessoas da sua confiança, não tendo, ainda, nomeado todos a que tem direito, pois têm direito a quatro e apenas nomearam três. Quanto ao pedido de parecer técnico vinculativo quando se está perante uma aquisição de serviços é uma imposição legal desde 2011, podendo ser responsabilizados todos aqueles que não o cumprirem. No que toca às contratações de serviços feitas pelo município, nomeadamente nas de tem por objetivo recuperação de impostos, afirma que, foi elaborado um contrato por objetivos, e o município só paga se os mesmos foram atingidos. Estes contratos têm a função de favorecer os pacenses, baixando os encargos com os impostos. Neste sentido, afirma, a Câmara Municipal contratou uma prestação de serviços para fazer a reavaliação de todos os prédios do concelho de Paços de Ferreira, no sentido de baixar o valor dos índices atuais, baixando desta forma o IMI, tendo o Partido Social Democrata votado contra, *“o que é*



*incompreensível*”, o que a Câmara está a fazer é uma boa gestão, e, os “*números falam por si*”, afirma. Quanto à Empresa vietnamita, deu nota que nesse mesmo dia teve uma reunião com a Associação Empresarial de Paços de Ferreira, para tratar do assunto. No entanto, afirma, o Governo falhou porque ainda não abriu as candidaturas para os fundos comunitários, condição essencial para o projeto da empresa avançar. Quanto à PFR Invest, disse, que não se ia pronunciar, pois a situação atual é uma competência dos tribunais. Quanto ao FAM esclarece que, a adesão do Município não foi uma opção mas uma imposição legal, tendo como sanção para o incumprimento a perda de mandato. No entanto se for essa a vontade da Assembleia, e, uma vez que a Assembleia tem uma maioria do Partido Social Democrata, pode propor a dissolução da Câmara, afirma. Sobre este assunto (FAM), disse, ouviu todos os partidos, e, posteriormente irá existir um Plano de Ajustamento Municipal (PAM) que será apresentado na Assembleia Municipal para ser discutido. Quanto à entrega atrasada da documentação referente à Assembleia Municipal sugere que a questão seja colocada ao Dr. Bastos, na qualidade da Presidente da Assembleia Municipal e responsável pela entrega da mesma. -----

----- De seguida o Vereador António Coelho interveio ao abrigo da defesa da honra e para reposição da verdade afirmando que na Reunião do Executivo realizada no dia dois de fevereiro do ano dois mil e quinze não foi questionado pelos membros do Partido Social Democrata o fato de ter de ir à Reunião do Executivo o pedido de parecer vinculativo nem a contratação de serviços. O que foi questionado foi o fato de o serviço não estar a ser efetuado por funcionários da Câmara Municipal. Afirmou, ainda





que, as prestações de serviços que foram levadas às Reuniões do Executivo são efetivamente superiores a 200 000,00 € à qual acresce IVA, não constando da proposta, consta da indexação da recuperação, sugere que a mesma documentação seja distribuída pelos membros da Assembleia Municipal, para apuramento da verdade. Dá nota que considera legítimo o Senhor Presidente da Câmara contratar as pessoas da sua confiança, no entanto, afirma *“não pode viver à sombra do Partido Social Democrata, parece que está mais preocupado com o Partido Social Democrata do que com o concelho”*. Termina fazendo um apelo ao Senhor Presidente da Câmara que sempre que se fale do Partido Social Democrata o faça com o rigor que vem apregoando. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Abílio Fernandes. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara dirige-se ao Presidente da mesa, e, pede para responder à intervenção do Vereador António Coelho. O Senhor Presidente da Mesa esclarece-o que o deputado Abílio Fernandes já estava inscrito, pelo interviria a seguir. O Senhor Presidente da Câmara insiste em intervir naquele momento. Perante a insistência do Senhor Presidente da Câmara o deputado Abílio Fernandes cedeu a sua intervenção. -----

----- Assim interveio o Senhor Presidente da Câmara que começou por afirmar que *“já nos apercebemos que o Senhor Presidente da Assembleia não representa os cidadãos deste concelho. E quem ganhou as eleições, para Assembleia Municipal, foi o Partido Socialista”*. De seguida e sobre a intervenção do Senhor Vereador António Coelho, afirmou que a única





pessoa que na Câmara podia fazer o serviço era o Engenheiro Brito, tendo-o chamado nessa mesma reunião, e, perante a questão de ele poder realizar o serviço, o mesmo informou que dado o seu volume era impossível realizá-lo. -----

----- De seguida interveio o deputado Abilio Fernandes para dar nota que foi legitimamente eleito, e, exige que seja respeitado, não só a sua pessoa mas todos os presentes naquela Assembleia. Quanto às candidaturas para a água e saneamento, dá nota que, as mesmas foram feitas pelo anterior executivo, tendo o atual executivo apenas assinado o contrato. Solicitou que a água e saneamento cheguem a todas as casas do concelho, por uma questão de justiça e igualdade. -----

----- De seguida interveio a deputada **Paula Gonçalves**, que começa a intervenção afirmando que nunca faltou ao respeito a ninguém na Assembleia Municipal. Afirma que, o lugar que ocupa é legítimo. Lamentou que o Senhor Presidente da Câmara se faça constantemente de vítima e culpe o atual governo (do Partido Social Democrata) sem nunca mencionar como é que o governo do Partido Socialista deixou o país em 2011. De seguida, afirma que, quanto à remunicipalização da água, *“foi o que o catapultou, Senhor Presidente, para a ribalta da política”* apesar de conhecer a dívida existente, por isso *“se prometeu cumpra”*, afirmou -----

----- De seguida interveio o deputado **José Luís Costa** para participar a sua solidariedade e a do Partido Social Democrata para com o Vereador António Coelho, e, lamentar que o ambiente de discussão tenha fugido à racionalidade. Em relação às contratações de serviços efetuadas pela Câmara, afirma que, provavelmente existiriam pessoas em Paços de



Ferreira com competência para fazer esse trabalho. Em relação ao projeto vietnamita dá nota que existe um vazio de informação, e, considera que a Assembleia Municipal devia ser informada. Dá ainda nota que, sendo uma indústria de semicondutores implica um edifício com estruturas próprias e uma construção muito própria para esse tipo de produto. Quanto ao FAM e ao Processo de Insolvência da PFR Invest considera assuntos de importância crucial, pelo que, necessitam de um diálogo mais abrangente por parte da Assembleia Municipal. Não existe por parte da bancada do Partido Social Democrata qualquer intenção de propor a dissolução da Câmara, apenas pedem que exista um diálogo mais aberto, conclui. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e no que toca à água e saneamento deu nota que o projeto foi aprovado em dezembro de 2011 e que até 2014 esteve parado. Deu ainda nota que, desde 2012 até Outubro de 2013 o anterior executivo não chegou a qualquer acordo com a concessionária. A candidatura é da concessionária no valor de sete vírgula dois milhões de euros, sendo a obra no montante de dois milhões de euros. Quanto ao pedido de reequilíbrio é no valor de noventa dois milhões de euros, afirma. No entanto, disse, as reuniões com a concessionária são no sentido do serviço voltar a ser prestado pela Câmara. Quanto ao investimento vietnamita têm sido realizados todos os esforços por parte da Câmara Municipal, tendo já reunido com vários membros do governo entre os quais o Vice-Presidente Paulo Portas, no sentido do investimento vir para o concelho de Paços de Ferreira o que considera uma mais-valia. No entanto lembra que este investimento não é do Município, pelo que não pode fazer mais que aquilo que já está a fazer, conclui.



Quanto à FAM volta a firmar que, o mesmo, pode ser discutido no âmbito  
do Plano de Ajustamento Municipal. -----

-----



-----PONTO ZERO-----

----- APROVAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2014.-----

----- Submetida à discussão a ata da sessão de vinte e nove de Dezembro  
de dois mil e catorze, a mesma foi aprovada por maioria com vinte e sete  
votos a favor e seis abstenções.-----



-----PONTO UM-----

----- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO  
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A  
ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO DA SITUAÇÃO  
FINANCEIRA.-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da  
Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.-----

----- Não houve inscrições. -----



-----PONTO DOIS-----

----- ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NA  
JUNTA DE FREGUESIA DE FREAMUNDE.-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da  
Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.-----

----- Assim tomou a palavra o deputado **José Luís Costa** para lamentar  
que o acordo de execução seja só para a freguesia de Freamunde, “*cheira a  
financiamento encapotado de benefício de uma freguesia em detrimento de  
outras*”, afirma. Terminou a intervenção dirigindo-se ao Presidente da  
Câmara com a frase “*O senhor é o Presidente dos três f’s: Freamunde,  
Figueiró e Ferreira.*” -----

----- De seguida tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara**  
para informar que tem todo o gosto em lhe entregar os registos da Câmara,  
que são públicos, no que diz respeito ao apoio que é dado aos Presidentes  
de Junta, e, onde pode ser verificado que não existe qualquer tipo de  
discriminação no tratamento da Câmara para com as Juntas de Freguesia,  
sendo as obras, solicitadas pelas mesmas, feitas de acordo com as  
disponibilidades da Câmara. Informa que o que foi delegado na Junta de  
Freguesia de Freamunde foi um problema de há longos anos (refere-se à  
Feira de Freamunde). -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, foi colocada a  
votação tendo sido aprovada, por unanimidade. -----





----- Declaração de voto subscrita pelos restantes Presidentes de Junta de freguesia, que se anexa.-----

-----



-----PONTO TRÊS-----

----- PLANO ESTRATÉGICO E DE AÇÕES PARA O MOBILIÁRIO E VESTUÁRIO.-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.-----

----- Assim tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para dar nota que o Instituto Politécnico está a realizar um estudo sobre este plano estratégico. -----

----- De seguida tomou a palavra o deputado **António Fernandez** para afirmar que, o fato de ter apresentado um plano estratégico é a prova de que existe uma estratégia, e, que nada conseguirá ser feito se não existir um plano, acrescenta. Isto demonstra a diferença que existe no atual executivo *“caso contrário não estaríamos aqui a discutir um plano estratégico tão importante para o nosso concelho”*, afirma. -----

----- De seguida interveio o deputado **José Luís Costa** para afirmar que, da análise do documento apresentado, se pode comprovar que houve muito trabalho feito nos últimos 37 anos de governação do Partido Social Democrata. Quanto ao plano estratégico apresentado considera que o que foi apresentado é muito pouco, mais parecendo um “plágio” pouco pode sair do mesmo, afirma. -----

----- De seguida interveio o deputado **Miguel Costa** para dar nota que este plano é uma tentativa de internacionalização das empresas do concelho e que não tem cores políticas, o propósito deste plano é fazer o melhor para



o concelho, afirma. -----

----- De seguida interveio o deputado **António Fernandez** para dar nota que o plano apresentado é para responsabilizar todos os intervenientes, e, que dará origem a vários dossiers. -----

----- De seguida interveio o Senhor **Presidente da Câmara**, que se dirigiu para a bancada do Partido Social Democrata, e, em particular para o deputado José Luís Costa questionando-o "*Mas vão participar, ou não?*" --

----- De seguida interveio o deputado **José Luís Costa** que afirmou "*Vamos*". -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



-----PONTO QUATRO-----

----- MUNICIPIO DE PAÇOS DE FERREIRA; DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS (BALANÇO EM 30/06/2014, DEMONSTRAÇÃO DOS  
RESULTADOS E MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL);  
PARECER DE REVISÃO LIMITADA.-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da  
Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.-----

----- Assim tomou a palavra o Senhor vereador **Joaquim Sousa** para  
esclarecer que a maior parte das reservas apresentadas pelos ROC se  
prendem com o imobilizado, e, em consequência disso também se prendem  
com as amortizações, “*Nós encontramos o património numa lástima*”,  
afirma. Esclarece, ainda que, por esse fato a Câmara terá de “recuar” ao ano  
de 2004 para fazer o levantamento do cadastro patrimonial, “*uma vez que a  
partir dessa data, nada bate certo*”, afirma. Dá nota que é um trabalho  
muito demoroso, que não será concluído este ano, pelo que as reservas  
colocadas pelos ROC, também serão colocadas no final deste ano,  
existindo ainda a hipótese das mesmas serem colocadas ainda no final do  
próximo ano, conclui. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



-----PONTO CINCO-----

----- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE DA CPCJ DE PAÇOS  
DE FERREIRA - 2014.-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da  
Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.-----

----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



----- PONTO SEIS -----

----- ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE  
EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE RECOLHA,  
TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DE  
PAÇOS DE FERREIRA.-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da  
Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.-----

----- Assim tomou a palavra o deputado **Ricardo Pereira** para dar nota  
que os números apresentados no relatório são alarmantes, uma vez que se  
referem a jovens em risco, existindo 294 jovens entre o 6 e os 21 que são  
considerados jovens em risco. Esclarece que um dos fatores que leva a  
serem considerados jovens em risco é o abandono escolar, o que leva esses  
jovens a abandonarem as escolas é o fato de consideram que “*a escola não  
presta*”. De fato, afirma, o ensino é demasiado formatado e pode não  
cativar o interesse desses jovens. É necessário que todos se envolvam e  
tentem encontrar um ensino com o qual estes jovens se identifiquem,  
podendo a solução passar por estes alunos serem direcionados para cursos  
profissionais, conclui. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----





Antes do encerramento da Sessão o Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se ao Senhor Presidente da Camara afirmando que *“não foi correto para com a mesa, uma vez que quem dirige os trabalhos é a mesa, e, fica ao seu critério pedir desculpas por essa precipitação, ou então tirará as devidas consequências.”*.-----

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser submetida à discussão e votação na próxima sessão.-----

----- A MESA -----